

Desafios e perspectivas: avaliação das ações desenvolvidas junto às comunidades indígenas na TI Mãe Maria (cf. Convênio CVRD 0333/90 e Aditivo).

Iara Ferraz
antropóloga
novembro 2005

Este relatório resulta de dez meses de trabalho dedicado a uma avaliação preliminar, de natureza participativa, das ações desenvolvidas atualmente entre os *Parkatêjê* e *Kyikatêjê*, na Terra Indígena Mãe Maria/PA, através dos recursos oriundos do Convênio 0333/90 (Cia. Vale do Rio Doce – Comunidade Parkatêjê), Aditivo (1998) e termos de compromisso subsequentes.

A necessidade de avaliar e redimensionar estas ações tem por objetivo qualificá-las em seu desenvolvimento, propiciando condições de dignidade ao presente e ao futuro do povo indígena da TI Mãe Maria. Este aspecto foi enfatizado nas reuniões havidas entre os representantes do Ministério Público Federal (6ª Câmara), FUNAI e CVRD após as manifestações ocorridas em 2002 e 2003 - quando, como recurso extremo nas negociações, os *Parkatêjê* interromperam a operação da Estrada de Ferro Carajás, no trecho em que atravessa a TI Mãe Maria - fatos que levaram a reações inusitadas por parte da empresa (mobilização de tropa de elite da Polícia Federal e ingresso de ação judicial contra a comunidade indígena).

Em reunião (oficina) ocorrida em Brasília em setembro de 2004, convocada pelo MPF, estiveram presentes os representantes institucionais (MPF, CVRD e FUNAI), indigenistas e antropólogos para elaborar um Termo de Referência, tendo em vista o futuro das relações entre a CVRD e as comunidades indígenas, assistidas através de Convênios específicos. Os antropólogos presentes ressaltaram a importância da participação dos representantes indígenas - ausentes naquela ocasião - assim como da realização *nas aldeias* de reuniões como aquela. Foi enfatizada a necessidade de promover mudanças nos princípios que regem essas relações por parte da empresa, reafirmando o seu compromisso social a longo prazo com a assistência às comunidades indígenas na área de influência da EF Carajás.

Realizadas desde 2003, as negociações anuais entre a CVRD e as comunidades indígenas em Mãe Maria, centradas em valores conforme planilhas apresentadas (pelas comunidades), não vinham atentando para a qualidade das ações implementadas ou previstas. Este modo de negociar não era satisfatório para as comunidades indígenas, de acordo com seus representantes. Se, por um lado, os chamados “imprevistos” acabam se sobrepondo aos orçamentos apresentados - apontando para outra racionalidade implícita nestas ações, diversa daquela de um “projeto”, com metas, objetivos, etc. - por outro, as dívidas crescentes das associações indígenas (gestoras dos recursos) resultam de sistemáticas equivocadas (como o faturamento de despesas) e acabam por se traduzir numa situação de ~~permanente~~ dificuldade financeira e insatisfação ~~geral~~.

A não participação de representantes indígenas nas reuniões havidas entre MPF, CVRD e FUNAI teve desdobramentos, como os mal-entendidos verificados no decorrer deste trabalho, considerado ilegítimo por alguns integrantes das comunidades, que não

permitiram uma discussão mais aprofundada sobre as ações realizadas com recursos do Convênio. As limitações reportaram-se também ao fato de que, internamente às comunidades, esta seria a primeira avaliação do conjunto das ações, o que jamais foi realizado, desde a privatização da empresa. Uma outra dificuldade foi a não constituição de uma equipe de especialistas para a realização deste trabalho, ao lado da não disponibilização de documentação pertinente por parte da CVRD (como o EIA-RIMA da EFC e os termos de compromisso anteriores a 2004).

O objetivo desta avaliação consiste, portanto, em subsidiar diretrizes para o futuro do Convênio com a CVRD, voltado para o desenvolvimento de programas de apoio / assistência a longo prazo, em três vertentes: as duas atuais – *Parkatêjê* e *Kyikatêjê* - e um sub-programa para o grupo “da montanha” e seus descendentes, chamado *Akrãtikatêjê*. Este novo sub-programa está ligado ao tempo de espera (e preparativos), por tempo ainda indeterminado, para que a Eletronorte cumpra a sentença (proferida pelo TRF da 1ª Região, em 20.05.2002) relativa à indenização devida em terras equivalentes, reconhecendo que o grupo foi desalojado com a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí sobre seu território.

O presente relatório contém duas partes: a primeira diz respeito à situação atual das ações do Convênio e a segunda parte trata das perspectivas a partir de 2006. Uma outra divisão corresponde à identidade dos *grupos locais* em que este povo se subdividiu, na região do médio rio Tocantins, já desde o início do século XX. Estas distinções permanecem até o presente, como um traço peculiar da organização social dos povos Jê-Timbira.

1. Contexto histórico

Em meados da década de 60, as justificativas que levaram os agentes do Estado brasileiro a reunir os três grupos em um único território - a TI Mãe Maria, com 62 mil hectares, área que foi reservada em 1943 por decreto estadual,^{NOTA} uma pequena porção de seu território tradicional à margem direita do médio rio Tocantins - estavam ligadas às práticas do regime autoritário e à perspectiva de então: a remoção compulsória dos indígenas visava liberar grandes extensões de terras para a expansão nacional sobre a Amazônia.

No sudeste paraense, a abertura de estradas e constituição de ‘fazendas’ a partir da grilagem de terras públicas, seguidas da construção de usinas hidrelétricas, atividades de mineração e a industrialização forçada das décadas de 80 e 90 foram processos acompanhados de uma extensa gama de conflitos pela ocupação da terra nesta região. Atualmente, o grau crescente de violência nas áreas adjacentes às terras indígenas reflete a ocupação desordenada que ali se verificou – e ainda se verifica com a exploração do carvão vegetal nativo para abastecer as guserias de Marabá.

É neste contexto histórico que se situam os desafios da vida contemporânea para os grupos locais na Terra Indígena Mãe Maria, em um processo de reagrupamento, de acordo com suas especificidades. Se foram compulsoriamente reunidos ao final da década de 60 como “remanescentes” de um único povo, decorridos estes anos, os rearranjos internos vão se configurando de modo a retomar as distinções – rompendo uma *unidade* construída também

NOTA homologada através do decreto ...

pelo chefe *Krôhókrenhum*, a “comunidade *Parkatêjê*”, visando ao fortalecimento de um povo que esteve em vias de extinção.

O fracionamento ocorrido ao final de 2001 levou à formação da comunidade *Kyikatêjê* no km 25 da rodovia, junto à rede de transmissão de alta tensão construída pela Eletronorte, numa localidade onde havia uma grande roça e, depois, um fracassado projeto de aviário. Esta cisão separou, em termos espaciais, grupos locais que são relativamente distintos, ou seja, pertencentes a uma mesma etnia, mas a frações diferenciadas, correspondendo aos grupos em que haviam se segmentado, no início do século XX. Um deles permaneceu à jusante do rio Tocantins e o outro se dirigiu à montante – assim, suas denominações referem-se a estas posições geográficas.

Os *Kyikatêjê* foram removidos para a TI Mãe Maria pela FUNAI logo após os primeiros contatos, em 1969; com a morte de seus chefes, em 1980, reuniram-se aos *Parkatêjê* em 1981, tendo formado uma única aldeia até dezembro de 2001. Com o novo aldeamento no km 25 passaram a se autodenominar publicamente *Kyikatêjê*. Já os componentes do grupo “da montanha” - *Akrâtikatêjê*, uma subdivisão, por sua vez, dos *Parkatêjê* - foram sendo paulatinamente transferidos de seu território em Tucuruí para a atual TI Mãe Maria, entre 1970 e 1983. Encontram-se atualmente distribuídos entre as duas aldeias; parte do grupo, liderada por *Pajare*, pretende formar um novo aldeamento no km 15, junto ao rio Flexeiras, limite sudeste da TI Mãe Maria. O plano dos *Akrâtikatêjê* (apresentado em separado) inclui a composição do grupo que se reunirá no novo núcleo.

As redes de relações sociais entre estes grupos estão baseadas, sobretudo, em laços matrimoniais e cerimoniais, incluindo os jogos de flechas, corridas de toras e os jogos de futebol. Encontram-se neste trabalho os censos populacionais dos *Parkatêjê* - distribuídos nos núcleos do km 30 (a aldeia principal, *Kupenjipôkti*, “cercados pelos brancos”), as localidades “Negão” e “fazenda” - e *Kyikatêjê*, no km 25.

A - *Parkatêjê*

A metodologia utilizada para a avaliação destas ações privilegiou as inúmeras conversas informais e reuniões formais com integrantes da comunidade *parkatêjê*, a respeito das atividades desenvolvidas através do Convênio com a CVRD. No decorrer deste período, o foco das atenções se concentrou, a cada mês, sobre uma das atividades, com a realização de reuniões temáticas com as equipes que se ocupam atualmente delas.

A dificuldade de estabelecer critérios para avaliar as próprias atividades era percebida, sobretudo, em função da ausência de uma prática de realização de discussões qualificadas sistemáticas, reunindo a chefia do grupo, lideranças e os demais integrantes que se ocupam mais diretamente das atividades desenvolvidas através do Convênio. Desde a constituição do núcleo do “Negão”, em 2002, estas reuniões - que tradicionalmente tinham lugar no pátio cerimonial da aldeia do km 30, pela manhã e à noite - deixaram de ser realizadas com a frequência que se verificava devido, sobretudo, à distância que separa as duas localidades

e, mais recentemente, aos riscos representados pela intensificação dos assaltos na BR-222, que corta a TI Mãe Maria.

I – A situação atual das atividades do Convênio

As distintas concepções de “projetos” devem ser levadas em consideração. Para os *indígenas*, estão ligadas a idéias do que é *novo*, sujeito a experimentação, relativamente desconhecido e independente de “metas” ou “objetivos” formalizados. Houve muitos fracassos ao longo do tempo - cultivo de cacau, construção de açude (para piscicultura) junto à ferrovia, aviário no km 25, padaria -, atividades que nunca foram avaliadas satisfatoriamente.

Para a CVRD, a concepção de “projeto” não vem considerando a especificidade de se tratar de sociedades indígenas; traduz-se em apoio a “atividades produtivas” modernizantes, aprovadas sem análises prévias qualificadas, que levem em conta um conjunto de saberes específicos ou mesmo a observação de critérios baseados na sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental. Em decorrência da ausência de uma discussão aprofundada, na aldeia, surge a *dificuldade de incorporar abordagens técnicas mais sensíveis à ampla problemática da interferência, em terras indígenas, dos modelos predatórios de exploração de recursos naturais*; verifica-se ainda ausência de acompanhamento e avaliações externas qualitativas das diferentes ações desenvolvidas sob a forma de “projetos”.

A FUNAI, por sua vez, através da AER-Marabá, desempenha o papel de mediadora das relações com a CVRD, mediação esta enfraquecida, pois a agência não se capacitou a nível local, perdeu recursos e pessoal técnico. Além de receptora de prestações de contas, contrata empresas de consultoria em Marabá, sem especialização ou experiência acumulada para elaborar e implementar “projetos” (generalizantes) junto às comunidades indígenas. Assim como todo o comércio local, o interesse dessas empresas parece estar voltado principalmente para os recursos geridos pelas Associações indígenas, através do Convênio com a CVRD. Deste modo, o que se verificou foi o desenvolvimento de atividades sem interfaces, praticamente desconexas, das quais não se tem registros ou relatórios de acompanhamento.

1. Obras inacabadas

As obras inacabadas da nova aldeia no km 30 – em semi círculo, 15 casas de alvenaria sem sistema de abastecimento de água ou energia – traduzem, por um lado, o paradoxo do descaso aliado às irresponsabilidades de empresas contratadas para a sua construção e, por outro lado, as dificuldades que se apresentaram para a Associação Parkatêjê em coordenar, de modo centralizado, ações diferenciadas, incluindo obras sem supervisão (por parte da CVRD).

O núcleo que se estabeleceu na localidade denominada “Negão” (a cerca de 10 km da aldeia do km 30) é a expressão destas ambigüidades: em meio a uma população crescente de roedores, o chefe do grupo vive atualmente isolado da maioria da comunidade –

“tomando conta do projeto”, como ele costuma afirmar- enquanto aguarda a conclusão da reforma da aldeia antiga e das obras do novo aldeamento.

Ao mesmo tempo, avolumam-se as ameaças que representa hoje a rodovia BR-222, recentemente asfaltada, que atravessa a terra indígena em toda a sua extensão (21 km). As pontes quebradas favorecem os assaltos a mão armada nos transportes locais e intermunicipais que por ali trafegam, tornando vulnerável a estrada de acesso ao núcleo “Negão” e à EFCarajás, onde ocorreram dois assaltos neste ano. Apesar de as providências de fechamento (com cancela mecânica) daquele acesso terem sido solicitadas à CVRD em inúmeras ocasiões, o que se observa é uma demora excessiva no seu atendimento, o que só vem a prejudicar ainda mais a situação de vulnerabilidade crescente a que a comunidade *Parkatêjê* está exposta.

2. “Projeto de Desenvolvimento Integrado”

Desde a privatização da CVRD (1997), um único “projeto” era formalmente considerado no âmbito do Convênio que instituiu o “*Programa Parkatêjê*”, em 1990. Em fevereiro de 2005, um pedido do Ministério Público Federal em Marabá solicitou à comunidade *Parkatêjê* e à FUNAI informações atualizadas sobre o “Projeto de Desenvolvimento Integrado” (PDI), formulado em 2001,¹ no âmbito do Convênio entre a CVRD e a Associação Indígena *Parkatêjê Amjip Târ Kaxuwa*.

Assim, em uma das primeiras reuniões desta avaliação (fevereiro), um histórico e quadro atual do PDI foi apresentado por um dos técnicos que acompanha o projeto, contratado pela Associação (são dois). Em 2001, a ARDEMA (Agência Rural de Desenvolvimento, Extensão e Meio Ambiente), empresa com sede em Marabá, elaborou a sua primeira versão e foi a responsável pela assessoria técnica na implantação de fruticultura irrigada junto à aldeia do km 30, atividades de agricultura mecanizada na localidade denominada “Negão”, para o cultivo de milho, arroz, feijão e mandioca, com utilização de mão-de-obra não indígena e pecuária leiteira e de corte, na “fazenda” situada junto ao limite oeste da terra indígena, no km 15 da rodovia BR-222.

Anteriormente, com apoio da AER-FUNAI (Marabá), foi formado um pomar (dois hectares) junto à aldeia do km 30, com o plantio de café, acerola e maracujá. Com recursos da CVRD, foi formado um novo pomar, com plantio de açaí, cupuaçu, urucum, mamão, jaca e banana. Um incêndio acidental ocorrido em 2004 queimou o velho bananal, tendo revigorado o novo plantio. No entanto, o pomar não recebeu os tratamentos adequados, tendo permanecido abandonado até o presente (apenas três jovens se ocupam destas atividades). Muitos integrantes mais velhos da aldeia do km 30 demandam uma efetiva reativação deste pomar; para eles, é preocupante a ausência de motivação dos jovens em relação às atividades atualmente desenvolvidas na TI Mãe Maria (este aspecto requer um acompanhamento de natureza antropológica mais aprofundado).

Em 2002, a implantação do subprojeto de agricultura mecanizada parece não ter sido precedida de estudos de viabilidade econômica e ambiental. Diante da necessidade de

¹ Curiosamente, com o mesmo título de um projeto coordenado por nós, apresentado à FUNAI, em 1976.

incremento à produção de alimentos, em caráter experimental, 24 hectares foram cultivados; em seguida, deu-se a reabertura de um total de 110 hectares em um local que começava a se recuperar de plantios intensivos de mandioca (na década de 80). Com a ampliação da área desmatada, foram plantados 48 hectares de arroz, 38 hectares de milho, 25 hectares de feijão e 10 hectares de mandioca.

Este projeto foi parcialmente avaliado em fins de 2003 por um agrônomo da FUNAI; de acordo com o seu relatório (março 2004), ao final de 2002, a Associação Parkatêê rescindiu o contrato com a ARDEMA, uma vez que estava “insatisfeita com a assessoria técnica, queixando-se sobretudo da falta de entrosamento entre o engenheiro agrônomo contratado e os técnicos de campo”.

A partir de 2003, a responsabilidade pela assessoria técnica e elaboração do projeto para 2004 passou para a JVA Planejamento Agropecuário Ltda., empresa sediada em Marabá. Apesar da especialidade em outro ramo de atividades, esta mesma empresa ficou também responsável pelas obras de construção da nova aldeia, com 15 casas contíguas à atual aldeia do km 30, obra iniciada em outubro de 2003 (por uma outra empreiteira indicada pela CVRD) e ainda não concluída.

Os dados relativos à agricultura mecanizada para este período são os seguintes:

- 2003: foram colhidas 222 sacas (60 kg) de arroz, 2350 sacas de milho (para comercialização e consumo pelo rebanho de muaras na fazenda) e cerca de 20 sacas de feijão (uma estimativa, uma vez que foi colhido manualmente pelas famílias). Foi implantada a infraestrutura com equipamentos em escala ampliada, além da construção de depósitos, fábrica de farinha, alojamento, garagem e casa-sede, que acabou abrigando a família do chefe *Krôhókrenhum*, acompanhado de cerca de 30 pessoas, entre seus familiares próximos e trabalhadores não indígenas;

- 2004: de acordo com o técnico contratado pela Associação, os atrasos verificados no repasse dos recursos da CVRD (previstos para o início do ano) prejudicaram o andamento daquela atividade. Ao lado do fato do cultivo do arroz ter apresentado um fungo (“mancha parda”), a não aquisição de uma colheitadeira no tempo previsto resultou na perda de grande parte da produção. Foram colhidas apenas 800 sacas de arroz e 2250 de milho (em maio-junho); não se tem dados precisos sobre a colheita do feijão, devido ao sistema manual utilizado. O cultivo de mandioca, por sua vez, rendeu apenas 105 sacas de farinha, produto integralmente consumido pela comunidade, sobretudo do núcleo onde é produzida. O uso de adubagem química (nitrogênio, fosfato e potássio) é uma técnica atualmente questionada por alguns integrantes da comunidade;

- 2005: o declínio da produção mecanizada se acentuou: 680 sacas de arroz e 930 de milho. Não há registro da quantidade de feijão que foi colhida, uma vez que é manual, envolvendo também integrantes da aldeia do km 30.

Durante este período, não houve maior incentivo às atividades agrícolas tradicionais, como o cultivo das roças de subsistência, de acordo com o sistema de recuperação de antigas pequenas capoeiras (pousio), responsáveis pela reprodução da diversidade de cultivares

(batatas, inhame, cará, amendoim, *kupá*, etc.) e dos conhecimentos acumulados durante gerações sobre técnicas agrícolas próprias dos *Parkatêjê*.

As atividades do subprojeto de *pecuária*, localizadas na “fazenda” do km 15, são acompanhadas atualmente por um jovem, recém-formado na Escola Agrotécnica Federal de Castanhal/PA. Apesar de o rebanho dispor de trato veterinário, a atividade não conta com supervisão técnica de acordo com as suas especificidades; observa-se a ausência de manejo adequado para evitar a *expansão predatória* (característica na região), como a aquisição de matrizes leiteiras sem pastagens suficientes (ou mesmo sem a divisão com piquetes), ou ainda o acidente ocorrido na queimada deste ano (contratada a um empreiteiro), que destruiu uma área superior à prevista. Há atualmente 144 hectares de pastagem para um rebanho com 185 cabeças de gado bovino (dois reprodutores) e oito eqüinos (outubro 2005).

Nestas atividades, há necessidade de se atentar para um fator importante: a produção agrícola decrescente traduz o manejo inadequado e o uso intensivo do solo, que provocam desestruturação. Na camada mais superficial, o solo fica desintegrado, pulverizado. Na camada mais profunda, o solo fica compactado pelo uso sistemático de máquinas pesadas (ou pelo pisoteamento de animais, no caso de pastagens). Com o tempo forma-se uma camada dura e compactada embaixo da terra e uma camada fofa e pulverizada por cima que, teoricamente, seria ideal para receber as sementes. No entanto, essas condições, aliadas às chuvas, causam o deslocamento do solo (chamado de perda de solo anual), dificultando a penetração e fixação de culturas, as trocas químicas, a absorção de água e oxigênio, levando à intoxicação ou eliminação total dos microorganismos do solo. Este é o custo ambiental da agricultura moderna e do manejo inadequado do solo.

O desequilíbrio biológico, por sua vez, causado pela utilização de produtos químicos, afeta microorganismos responsáveis pela disponibilidade de nutrientes importantes para as plantas, que não conseguem absorvê-los através de suas raízes. Dessa forma, não existe a colaboração de microorganismos do solo para processamento da matéria orgânica. Essa microvida está sendo assim sistematicamente eliminada. Além disso, o uso constante de adubação química cria a necessidade cada vez maior de utilização de nutrientes químicos, ocorrendo sua dependência econômica e cultural.

As sociedades indígenas têm uma relação diferenciada com a natureza, baseada nas suas distintas formas de organização social, historicamente ligadas a sua compreensão do universo, a sua visão de mundo. Desta maneira, no processo produtivo, é importante considerar a possibilidade de unir as novas práticas à valorização dos conhecimentos tradicionais e ao maior envolvimento dos integrantes da comunidade (de acordo com a ótica do etno-desenvolvimento). ~~Identificar práticas prejudiciais e buscar técnicas adequadas garantem a integridade do meio ambiente, assegurando assim a permanência em uma mesma área de produção, ainda que em detrimento do sistema de organização social específico.~~

Muitas práticas e tratos culturais são prejudiciais ao solo quando o reconhecimento de suas propriedades é omitido ou negligenciado, sobretudo quando são usadas práticas intensivas em um ambiente frágil – como é o caso das florestas tropicais úmidas. Deste modo, a

relevância das informações (banco de dados) a respeito do solo garante o seu uso adequado, de forma a conduzir a conservação de suas propriedades e garantir a sustentabilidade do ambiente produtivo.

A partir de 2004, foi incluído no PDI um novo subprojeto, voltado para a *piscicultura*. Apesar da defasagem entre a solicitação de uma avaliação deste subprojeto e sua realização, tendo em vista a sua implementação efetiva foi feita uma breve avaliação técnica por profissional da Universidade Federal Rural da Amazônia (Belém), apenas em campo. O subprojeto “Piscicultura – criação de peixes em tanques terra e rede” foi reelaborado em 2005 por uma empresa de Marabá - Ambiente Consultoria, Projetos e Planejamento Ltda. (que já desenvolveu a mesma atividade na TI Sororó). Esta atividade, que teve revistos seu dimensionamento (seis tanques) e localização (junto ao rio Jacundá) terá a duração inicial de um ano e deverá contar com acompanhamento técnico e oficinas de capacitação, buscando integrar os jovens da comunidade.

As atividades de *apicultura* foram iniciadas em 2003 com apoio do ‘Programa Raízes’, (governo estadual do Pará), através de convênio com a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI), numa localidade junto ao ramal que leva à sede do PDI; a partir de 2006, deverão contar com apoio dos recursos do Convênio, bem como com acompanhamento técnico e incentivo ao maior envolvimento dos integrantes da comunidade, com a realização de oficinas de treinamento e capacitação.

A introdução de novas atividades econômicas – ditas “produtivas” – é um processo complexo que requer uma discussão cuidadosa e tempo de maturação suficiente, considerando um sistema de organização social específico. Mas o que tem se verificado, ao contrário, com projetos elaborados externamente – e não construídos com as comunidades, conforme as suas particularidades – é a utilização de técnicas modernas e a contratação de mão de obra não indígena para a realização destas novas atividades, contribuindo para a ruptura acelerada e definitiva de um sistema de transmissão de conhecimentos tradicionais ligados às técnicas próprias. Aspectos culturais importantes, como aqueles que vinculam os ciclos produtivos aos ciclos cerimoniais de longa duração, acabam assim sendo abandonados, em detrimento da reprodução social e cultural destas sociedades.

2. Saúde e Saneamento

Em maio e julho de 2005, a título de colaboração, foram realizadas duas viagens por um epidemiologista e um sanitarista da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz /MS, com a finalidade de dar início a uma avaliação das ações de saúde e saneamento na TI Mãe Maria, tendo em vista a elaboração de um programa plurianual para apoio da CVRD, com a colaboração da FUNASA e provável supervisão da FIOCRUZ.

No entanto, uma análise preliminar com base nos dados obtidos, para a população adulta (maiores de 14 anos), a partir de formulários adaptados e da aplicação, pela equipe local, de um pequeno questionário (sobre a incidência de fatores de risco como fumo, álcool e sedentarismo) revelou a necessidade de atualização dos prontuários da população *parkatêjê*, tendo em vista o levantamento do seu perfil epidemiológico e um sistema de monitoramento. As doenças sexualmente transmissíveis não foram referidas e,

provavelmente, os dados obtidos não refletem a realidade dessas patologias na população *parkatêjê*.

A atenção básica de saúde é realizada predominantemente com recursos oriundos do Convênio com a CVRD, voltada para o atendimento de enfermagem nas aldeias, atendimento médico, odontológico e hospitalar (Marabá), serviços especializados, remoções de pacientes para Belém (via terrestre e aérea), manutenção de uma casa de apoio (que substituiu recentemente a onerosa hospedagem em hotel) e transporte em Belém (e local), suplementação alimentar a convalescentes, auxílio maternidade (enxoval para recém-nascidos). Os recursos do Convênio subsidiam também a aquisição de medicamentos, manutenção de ambulância e micro-ônibus para transporte de pacientes, além de diárias (para pacientes e profissionais de saúde).

A FUNASA (em Convênio com a APITO), presta o serviço de vacinação básica integrado com a equipe local, além da assistência esporádica (uma ou duas vezes ao ano) com o ingresso na aldeia de uma equipe (enfermeira, técnico de laboratório e dentista) para atendimento. Não há visita médica regular para acompanhamento efetivo do perfil epidemiológico das comunidades.

O quadro de agravos da saúde da população *parkatêjê* é registrado mensalmente pela equipe local, em sua maioria contratada através da Associação – composta por uma enfermeira, três técnicas, um auxiliar de enfermagem (agente de saúde, pelo convênio APITO/FUNASA) e três estagiárias – e encaminhado para o Pólo Base Marabá, que alimenta o Sistema Nacional de Informação da Saúde Indígena/MS. De acordo com os dados relativos ao período compreendido entre 2002 e 2005 (ver quadro abaixo) verifica-se um declínio acentuado na ocorrência de diarreias, verminoses, assim como de doenças infecciosas (como malária, infecção por estafilococo, IRA, dermatoses e furunculose) e de doenças crônicas (diabetes e hipertensão). Dois óbitos foram registrados nos dois últimos anos (hepatite delta em menina de 4 anos e blastomicose pulmonar em homem, 70 anos).

Quadro 1: Principais agravos entre os *Parkatêjê* (2002-2005)

ANO	2002		2003		2004		2005	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Malária	144	58,06	103	35,76	19	6,33	2	0,64
Diarréia	470	189,52	185	64,24	83	27,67	38	12,14
Verminose	773	311,69	373	129,51	37	12,33	44	14,06
IRA	1170	471,77	373	129,51	239	79,67	48	15,34
Micoses	482	194,35	233	80,90	75	25,00	25	7,99
Hipertensão	16	6,45	4	1,39	1	0,33	4	1,28
Diabetes	5	2,02	1	0,35	3	1,00	2	0,64
Furunculose	66	26,61	42	14,58	50	16,67	8	2,56

Fonte: Equipe local de saúde. Outubro 2005.

O acúmulo de detritos nas aldeias, fazendo crescer a população de roedores (vetores de inúmeras moléstias), as condições de desabastecimento de água potável, ao lado da ausência de tratamento de água (para retirar o elevado teor de ferro) e esgotamento sanitário

(houve formação de uma lagoa de dejetos atrás das casas da parte leste da aldeia do km 30, expondo a população a grave risco de contaminação),² são fatores que indicam que a atuação da FUNASA não corresponde às demandas da comunidade neste setor de saneamento básico. Ao mesmo tempo, apontam para a necessidade e a urgência de medidas a curto, médio e longo prazos, sobretudo em função do crescimento demográfico que se verifica.

A população *parkatêjê* está assim distribuída:

Quadro 2: População *parkatêjê* distribuída por faixas etárias

Faixa etária	Mulheres	Homens	Outras etnias*		Kupen	
			M	H	M	H
0-5	30	35	5	2	-	1
6-10	19	22	-	6	-	-
11-20	38	40	2	2	2	1
21-30	17	15	6	6	10	1
31-40	13	14	2	2	2	-
41-50	5	6	-	3	-	-
51-60	6	8	-	-	1	1
61-70	1	3	1	-	1	-
71 e +	-	4	1	-	-	-
Sub-total	129	147	17	21	16	4
Total	276		38		20	

Fonte: Associação Parkatêjê, out. 2005.

* Tembê, Pykobjê, Guarani e Karajá.

3. A Educação Formal entre os *Parkatêjê*

A partir de uma avaliação das atividades de educação escolar entre os *Parkatêjê*, realizada em duas etapas neste ano, foi identificada a necessidade desta área se constituir em um projeto na comunidade, em que um plano de trabalho bienal a ser desenvolvido incluirá atividades visando à revitalização cultural na TI Mãe Maria, aproveitando um processo de percepção de sua importância, sobretudo por parte de integrantes mais jovens da comunidade.

Em setembro de 2005, reunidos professores indígenas e não indígenas, a diretora da *Escola Estadual Indígena Pemtykre*, parte do pessoal de apoio, um assessor da Comissão de Professores Timbira/MA (convidado), a lingüista Profa. Leopoldina Araújo e a antropóloga assessora, foram reavaliados os pontos de discussão sistematizados numa primeira reunião

² Embora o problema tenha sido identificado em maio p.p., por ocasião da visita da equipe da ENSP/FIOCRUZ – ver fotos em Anexo – só no início de agosto a FUNASA se comprometeu a tomar as providências necessárias. No entanto, devido à não disponibilidade de recursos suficientes, a drenagem só foi efetivamente realizada em outubro, às expensas dos recursos repassados pela CVRD à Associação Parkatêjê. Em 2005 houve a ocorrência de três casos de hepatite na aldeia.

temática (junho/julho); também estiveram presentes dois representantes da SEDUC/PA: a professora responsável pelas escolas indígenas na Unidade Regional de Ensino da SEDUC, em Marabá (4ª URE) e o representante da Seção de Educação Indígena, da Secretaria Executiva de Educação do Pará, sediada em Belém.

O novo ritmo de vida imposto à comunidade nos últimos dez anos tem levado as pessoas que estão atualmente na faixa dos trinta anos (que, no sistema tradicional, corresponderia à classe dos indivíduos maduros, homens e mulheres) a perderem o espaço de convivência e discussão com a geração precedente. Estes fatores prejudicam a vivência e os saberes para a transmissão às gerações futuras, bem como o domínio de muitos aspectos da cultura tradicional que, em muitas ocasiões, respaldam suas relações com a sociedade não indígena. Considerando a cultura como um processo dinâmico, a busca de mecanismos adequados visa ao fortalecimento da identidade do povo, de acordo com uma nova conjuntura sócio-econômico-política que estão vivenciando.

As Escolas Estaduais Indígenas – como as duas atualmente existentes na TI Mãe Maria - ligadas à Secretaria Executiva de Educação do Pará (SEDUC) estão ameaçadas de serem municipalizadas. As comunidades manifestaram-se vivamente *contrárias* a esta medida, uma vez que o município de Bom Jesus do Tocantins não apresenta condições para prover o ensino diferenciado e de qualidade que é legalmente assegurado aos povos indígenas (Resolução 03, Conselho Nacional de Educação). No âmbito destas propostas, as escolas indígenas das duas aldeias principais (km 25 e km 30) estão atualmente atravessando um processo de *avaliação administrativa* através de uma comissão mista (município e estado) e, em breve, um posicionamento definitivo deverá ser apresentado.

-“Agora é a lei do *kupen*”, diz o chefe *Krôhökrenhum* atualmente, desapontado com o que ele considera “derrotas” da “lei do *parkatêjê*”, tal como vêm se verificando, sobretudo entre as gerações mais novas: o desuso da língua materna, dos costumes, do respeito aos mais velhos e aos amigos formais, das normas de convivência e das relações sociais baseadas na troca e na reciprocidade

No entanto, verifica-se que está em curso um processo de reorganização da sociedade *parkatêjê*, em que a valorização cultural começa a ser percebida a partir de seu interior - dos mais jovens, sobretudo. Numa sociedade em que as situações de crise se alternam com arranjos sempre passíveis de novo reordenamento - conforme atesta a história das relações dos chamados “Gavião” com segmentos diferenciados da sociedade não indígena, plena de desafios, de um modo permanente - o futuro consiste, portanto, em lidar de modo criativo com estes componentes, num processo peculiar a sua própria dinâmica cultural.

4. Ateliê

Apesar da ausência de recursos destinados ao ateliê de corte e costura, organizado como uma atividade predominantemente feminina, que funciona na aldeia do km 30, é *uma das poucas atividades que opera coletivamente e de maneira satisfatória entre os Parkatêjê*. Com a ~~coordenação~~ *orientação* de uma profissional em corte e costura, a atividade reúne cerca de 20 mulheres e é coordenada por duas mais jovens; de manhã e à tarde, os grupos de mulheres, muitas acompanhadas de seus filhos pequenos, reúnem-se numa localidade especialmente

construída para esta finalidade, que necessita de alguma reforma (construção de creche anexa).

Confeccionam, sobretudo, roupas masculinas, para o trabalho, com perfeição industrial; poderiam fazer dali uma atividade geradora de renda (com comercialização externa), dependendo de mais incentivo e criatividade. Atualmente, a falta de materiais (tecidos) e, sobretudo, de apoio mais efetivo levam o entusiasmado grupo a fazer apenas consertos, reformas, confeccionar colchas e tapetes de retalhos.

5. Vigilância

A atividade da vigilância territorial encontrava-se semi-paralisada. A realização de expedições sistemáticas ao redor de toda a Terra Indígena, para prevenir/impedir intrusões, roubos de caça, de frutos (castanha, cupuaçu, açaí) foram abandonadas, assim como as práticas da coleta de castanha de modo coletivizado que, além de geradoras de renda, promovem a ocupação de importantes espaços internos na terra indígena, as “colocações” de castanha. De acordo com um dos integrantes mais velhos da comunidade, as grandes concentrações de castanheiras encontram-se em São Félix Grande, São Felinho, São Pedro e São Francisco, São Gregório, Santo Antonio, Veado Queimado, Canto de Areia, São Domingos, Latas, Dois Irmãos, Gado, São Cipriano, Santo Expedito e Morcegão (junto à ferrovia, onde se verificam invasões para roubos de castanha).

Atualmente, as atividades de vigilância restringem-se a um sistema de fiscalização com guaritas nas entradas das aldeias principais, em esquema de revezamento, por grupos, envolvendo cerca de 15 jovens. Muitos deixaram de estudar para se dedicar a esta atividade, apesar das restrições do uso de armas e dos riscos que esta tarefa envolve. Na verdade, o esquema de “segurança” advém da insegurança que as comunidades vivenciam com a ocorrência freqüente de roubos, furtos, seqüestros e incêndios criminosos, um elenco de práticas da violência urbana que vêm se acentuando em toda a região, sobretudo ao longo da rodovia federal que atravessa a TI Mãe Maria.

Organizada pela AER-FUNAI (Marabá), foi realizada em julho de 2005 uma única expedição composta por integrantes dos dois grupos – *Parkatêjê* e *Kyikatêjê* – para verificar a situação do limite norte da TI Mãe Maria. A confecção de placas oficiais e reavivitação das picadas demarcatórias (nas linhas secas ao norte e ao sul) são atribuições da agência governamental que, no entanto, deixou de destinar verba orçamentária para esta finalidade, exatamente em função dos recursos oriundos de convênios das comunidades indígenas com a CVRD.

6. Administração

- “*Aqui a Assembléia obedece o chefe!*”

Esta afirmação categórica de um jovem membro da comunidade expressa que o sistema político vigente no interior da comunidade nem sempre se assemelha a uma estrutura organizada em torno de uma associação indígena. Em um regime democrático aberto, na sociedade não indígena, a soberania de uma assembléia é a instância máxima decisória de processos que dizem respeito à coletividade. Embora a constituição da *Associação*

Parkatêjê tenha procurado expressar as distinções internas de sua organização social e política, o modo de operação atual caracteriza-se por uma acentuada centralização e ausência de comunicação interna.

O processo de endividamento crescente das associações indígenas é um fenômeno que pode ser observado a partir de óticas distintas. Pode ser visto simplesmente como “descontrole administrativo-financeiro”; no entanto, os “imprevistos” adquirem características particulares, uma vez que dizem respeito a despesas emergenciais (como, por exemplo, remoção em avião de pacientes graves para Belém), ou seja, a um grau de liberdade necessário, voltado para as despesas não programadas de acordo com um orçamento fechado. A lógica predominante das relações monetárias em que há um doador e um receptor - que, por sua vez, deve prestar contas ao primeiro - configura um *sistema de dívida*, que gera insatisfação dada a desigualdade e a assimetria que está na base destas relações.

No caso do Convênio, o sistema de requisições e faturamento alimenta exatamente esse modelo baseado na *dívida*. A situação seria muito diversa com um sistema de recursos em caixa, incluindo um fundo para despesas de pronto pagamento e compras à vista. Por outro lado, as despesas usuais da comunidade (transporte, alimentação, etc.) acabam se sobrepondo a despesas extraordinárias na Associação, que se vê assim obrigada a lidar com o previsto e, sobretudo, com os imprevistos.

Se, por um lado, as “ajudas de custo” ou gratificações permitem maior circulação de recursos monetários na comunidade, isentando as chefias e lideranças de acusações de entesouramento e acumulação, por outro lado levam a um relativo individualismo e crescente valorização do *mundo do kupen* (não indígena) baseado nas relações monetárias de troca ilimitada.

Assim, é possível compreender uma outra dimensão do fato de os dispêndios serem sempre superiores, num orçamento fechado, em que não há margem para imprevistos, elaborado sem levar em conta determinadas particularidades ou mesmo prescindindo de uma discussão qualificada: os *valores* envolvidos - e as próprias relações monetárias - também têm concepções distintas. Tratam-se, portanto, de óticas diferenciadas, cuja compreensão requer mecanismos mais apropriados. Embora os princípios das relações CVRD/comunidades indígenas sejam mantidos (o compromisso da empresa e o Convênio), os termos de compromisso e os acordos firmados acabam por traduzir *consensos* sobre a utilização de recursos monetários, sempre passíveis de serem revistos e redimensionados de acordo com as necessidades da comunidade, observando uma dinâmica específica, em que elementos materiais, culturais e simbólicos estão presentes.

II – Perspectivas

1. **Concluir a construção da nova aldeia**, principalmente as instalações de luz, água e esgotamento sanitário (com colaboração da CELPA, COSANPA e FUNASA).

2. **Buscar integrar as atividades/setores/áreas/projetos.**

3. **Monitoramento e avaliação das atividades econômicas:**

- manejo adequado e monitoramento do projeto de agricultura mecanizada, introduzindo técnicas da agroecologia (adubação orgânica e diversificação de espécies);
- maior valorização das atividades tradicionais (agricultura, coleta, caça);
- manejo adequado e supervisão das atividades de pecuária;
- continuidade dos projetos de piscicultura (com adequação da ração utilizada) e apicultura; incentivo à formação de pessoal e maior envolvimento dos integrantes da comunidade;
- apoio efetivo às atividades do ateliê de corte e costura, incluindo reparos e construção de creche anexa;
- face às condições ambientais atuais no entorno da TI Mãe Maria, com a crescente escassez de recursos naturais e a TI considerada área de refúgio, há necessidade de elaboração de um *plano de gestão territorial* em conjunto pelos três grupos locais, tendo em vista a garantia do presente e de um futuro dignos para seus componentes. Para tal, será preciso realizar um inventário contínuo da TI Mãe Maria, através do estudo etno-ecológico participativo, aproveitando o processo de licenciamento ambiental para a operação das linhas de transmissão nas proximidades do limite norte da TI Mãe Maria, construídas pela TBE/ENTE, (sem que a comunidade tenha acompanhado os resultados do Estudo de Impacto Ambiental realizado, bem como do respectivo RIMA).

4. **Saúde e Saneamento básico**

- Constituição de um projeto específico no âmbito do Convênio, uma vez que requer maior atenção. O quadro de saúde e sanitário identificados nesta avaliação apontam para a necessidade de um acompanhamento sistemático, envolvendo a atualização do sistema de controle da saúde (informatização dos prontuários e constituição de um banco de dados), atualização da equipe local de saúde e saneamento com a realização de mini-cursos no Pólo Base de Marabá (aproveitando a estrutura existente, a serem oferecidos pela Escola Nacional de Saúde Pública), ao lado do estabelecimento de visitas médicas regulares nas aldeias, para um controle efetivo do perfil epidemiológico da população.

- Conforme as indicações da avaliação realizada, as ações de saneamento básico - que incluem a reforma e, sobretudo, manutenção do sistema de abastecimento de água na atual aldeia e no novo aldeamento, a readequação de toda a coleta e o tratamento do esgotamento sanitário, a coleta sistemática e destinação do lixo - requerem uma abordagem dinâmica e interativa do manejo dos recursos, incluindo a identificação e proteção de fontes potenciais de abastecimento de água, considerações tecnológicas, sócio-econômicas, culturais, ambientais e sanitárias.

- Todas as ações de saúde e saneamento deverão estar mais integradas ao projeto de Educação e Valorização Cultural, para que se desenvolvam, em conjunto, conceitos e práticas de educação ambiental nas escolas em Mãe Maria.

5. Educação e Valorização Cultural

- Constituição de um projeto específico, compreendendo inúmeras atividades a longo prazo, diante da importância atual do processo de valorização cultural, conforme mencionado anteriormente - o projeto e o orçamento específicos (para o biênio 2006-2007) encontram-se em anexo.

Principais atividades:

- Reelaboração do Projeto Político Pedagógico da *Escola Estadual Indígena Pemtykre*. Foi consenso nessa avaliação que o corpo docente e administrativo da escola, assim como o Conselho Escolar (a ser por sua vez reestruturado) virão a se reunir com a representante da 4.a URE/SEDUC-Marabá, para rever o documento de aprovação da Escola pelo Conselho Estadual de Educação, a fim de implementar devidamente a linha pedagógica ali definida.

- Realização de Oficinas de Capacitação para todos os professores, duas vezes por ano, com duração de uma semana, coordenados pela antropóloga assessora, com a participação de educadores e representantes da Comissão de Professores Timbira (MA). Os períodos em que se darão essas Oficinas serão definidos pelos profissionais participantes, em acordo com a administração e corpo docente das Escolas.

- Realização do *Curso de Aperfeiçoamento na Língua Parkatêjê*, como elemento constitutivo e propagador da cultura (quatro módulos de 300 horas, 25 vagas), com a inclusão de Oficinas dos cursistas com seus alunos, a fim de repassarem imediatamente o conhecimento e não causar solução de continuidade ao período letivo.

Este curso justifica-se diante da necessidade de prover o conhecimento sistemático do funcionamento da língua materna, para os professores e jovens membros da comunidade que ainda dominam, em diferentes graus, o idioma tradicional, no quadro de divulgação da pesquisa linguística ^{que vem sendo} realizada pela Profa. Dra. Leopoldina Araújo há cerca de trinta anos com os *Parkatêjê*. Urge prover a formação desses jovens membros da comunidade e dos adultos que ministram aulas na escola, a fim de garantir a reprodução dos conhecimentos tradicionais, em risco de desaparecer, quando os atuais velhos deixarem nosso convívio.

Com a formação de nova aldeia (2001) no km 25, predominantemente constituída por membros da comunidade *Kyikatêjê*, deslocou-se para lá a antiga chefe do grupo "da montanha" (que esteve localizado em Tucuruí), *Ronore* ("mamãe grande") e parte de sua família. Embora essa separação tenha tido inicialmente um caráter de rompimento, trata-se

de um processo político característico dos povos jê, quando o crescimento populacional das aldeias ultrapassa as condições simbólicas e materiais de vida. Atualmente já é possível ver membros da comunidade *Kyikatêjê* participando de atividades lúdicas em conjunto novamente com os *Parkatêjê* (jogos de flechas e jogos de futebol), afora os casamentos existentes entre membros dos três grupos. Assim é que, dependendo do interesse dos *Kyikatêjê* e *Akrātikatêjê*, o Curso de Aperfeiçoamento proposto poderá também contar com sua participação.

- Edição-piloto limitada a 30 cópias do livro *Língua e Cultura Parkatêjê* que, desde 2001, vem sendo elaborado juntamente com o chefe *Krôhókrenhũm* e a Profa. Marina Nascimento. Está prevista a elaboração de pequenos materiais didáticos e para-didáticos, em cada Módulo, para utilização imediata nas escolas da TI Mãe Maria, em diferentes níveis, como material de apoio e estratégia para finalização desse trabalho.

- Construção de um Centro Cultural, espaço especial na aldeia que possibilitará manter um acervo material, em diferentes suportes analógico e digital (fotos, slides, vídeos, filmes), visando garantir às novas gerações o direito à memória de seu povo e a divulgação de seus saberes.

- Intercâmbios: as viagens de representantes da comunidade a outras aldeias Timbira, nos estados do Maranhão e Tocantins, constituem-se em um incentivo à realização de práticas culturais que estão em desuso, visando o seu fortalecimento.

6. Vigilância e proteção ambiental

- Formação/treinamento visando não apenas a segurança das comunidades - face ao crescimento da violência urbana que se reflete no modo de vida nas aldeias - mas proteção ambiental/territorial, com perspectiva ecológica ampla (treinamento de agentes agroflorestais).

- Monitoramento de invasões e focos de queimadas através do sistema SIVAM.
- Realização anual da limpeza das picadas demarcatórias (linhas secas ao norte e ao sul), em conjunto com a AER-FUNAI (Marabá).

7. Administração e fortalecimento institucional

- Promover mudanças internas na gestão do Convênio:

- estabelecer o PROGRAMA MÃE MARIA, com sub-programas (*Parkatêjê*, *Kyikatêjê* e *Akrātikatêjê*) e seus "projetos", entendidos como atividades que tenham objetivos, previamente discutidos com qualificação e alternativas com critérios de sustentabilidade claros nas áreas afins, cada uma com dois responsáveis (pelo menos) em:

- saúde e saneamento
- educação e valorização cultural
- atividades econômicas
- vigilância e proteção ambiental
- fortalecimento institucional

Associação/Comunidade :

- descentralizar a gestão administrativa através da Associação, promovendo maior participação de jovens preparados - conferir *transparência interna na gerência de recursos financeiros*, com prestação de contas mensal em Assembléia (de todos os projetos);
- estabelecer maior comunicação interna: restaurar o funcionamento do Conselho da Associação e das comissões formadas pelos responsáveis pelos projetos, constituindo as Comissões de Acompanhamento e de Gerenciamento (ver Convênio 0333/90), com paridade entre jovens e pessoas maduras, mais velhas, homens e mulheres;
- realização de mini-cursos e oficinas voltados para gestão de projetos /recursos financeiros (administração, prestação de contas, etc.);
- reformar e equipar a sede da Associação (aldeia km 30), o que vai permitir organizar melhor a administração dos projetos. A instalação de um sistema de comunicação via satélite (internet) é imprescindível para o funcionamento da associação na aldeia;
- contar com assessorias técnicas qualificadas através de convênios (UFPA - visando, por exemplo, colaboração do LASAT-, FIOCRUZ/MS, Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, etc.);
- estabelecer critérios qualitativos para avaliar sistematicamente as ações e promover ajustes internos, sempre que necessário.

CVRD: acompanhamento da gestão do Convênio e de seus projetos, destacando um profissional qualificado e com sensibilidade para esta função (administração + c.sociais), preferencialmente sediado em Marabá.

AER-FUNAI /Marabá: acompanhamento ~~administrativo~~ das ações do Convênio e não apenas das prestações de contas.

B- *Kyikatêjê*

A cisão da aldeia do km 30, consumada em dezembro de 2001, quando cerca de 35 famílias se deslocaram para o km 25 e passaram a se autodenominar publicamente *Kyikatêjê*, reafirmou a distinção existente entre os grupos locais. Num desdobramento do Convênio existente, a constituição da *Associação Indígena Kyikatêjê Amtàti* e de um fundo próprio de recursos disponibilizados mensalmente pela CVRD, a construção de um novo aldeamento (com casas de palha que, dois anos depois, foram reconstruídas com tábuas de madeira) sinalizaram um processo de mudança voltado para a reafirmação da identidade deste grupo, tendo em vista a sua autonomia.³

0333/90

A metodologia de avaliação das ações entre os *Kyikatêjê* foi apontada pelos próprios integrantes do grupo, durante a realização de um primeiro Seminário, em maio de 2005, na aldeia, com a participação de convidados e observadores externos. A partir da formação de grupos de trabalho, foram levantados pontos positivos, pontos negativos, sugestões e dificuldades encontradas para a resolução dos problemas encontrados nas várias atividades: Educação e Cultura, Documentação (cinematista), Transporte, Atividades Produtivas, Corte e Costura, Vigilância, Saúde, Social e Administração.

Nesta etapa da avaliação, as áreas de Saúde e Saneamento foram consideradas prioritárias, em virtude de uma recomendação contida em outra avaliação das ações de saúde realizada em 1994 pela equipe integrada por profissionais da Ensp/Fiocruz, Cepel e Eletrobrás: “elaboração de um programa preventivo de saúde com fiscalização médica e institucional permanentes, sob a ótica da saúde pública em grupo de risco, dada a baixa imunidade constatada então em grande parte da população e diante da exposição aos campos eletromagnéticos, formados pela rede dupla de transmissão de alta tensão” (500 KVa), que atravessa a TI Mãe Maria e junto a qual estão localizados atualmente,⁴ paralelamente à rodovia BR-222.

A população atual da aldeia *Kyikatêjê* está assim distribuída:

³ Em 1968, através de decreto presidencial, tiveram uma área de cerca de 120 mil hectares interdita no sudoeste do estado do Maranhão, de onde foram compulsoriamente removidos para a TI Mãe Maria e a área foi entregue a políticos locais.

⁴ Naquela ocasião, um programa especial de saúde recomendava a urgente remoção do rebanho bovino da então Comunidade Parkatêjê que se encontrava em pastagens sob as linhas de transmissão, o que deu origem à “fazenda” no km 15, reocupando uma área (já de pastagem) anteriormente invadida por um fazendeiro vizinho.

Quadro 3 – População *Kyikatêjê* distribuída por faixas etárias

Faixa etária	Mulheres	Homens	Outras Etnias*		Kupen	
			H	M	M	H
0-5	23	23	6	3	-	-
6-10	10	12	3	2	-	-
11-20	20	17	7	4	4	-
21-30	16	19	4	5	1	-
31-40	2	10	5	2	1	-
41-50	3	4	3	1	1	-
51-60	5	2	-	-	-	-
61-70	-	3	-	-	-	-
71 e +	2	2	-	-	-	-
Sub-total	81	92	28	17	7	
Total	173		45		7	

Fonte: Associação *Kyikatêjê*, out. 2005.

* Karajá, Pykobjê, Krikati, Xerente/Guarani e Kaingang.

As condições sanitárias atuais da aldeia (problemas com o abastecimento de água e esgotamento sanitário, acúmulo de detritos e grande população de roedores) e a situação precária das casas (apodrecimento das tábuas ~~apodrecidas~~) apontam para a necessidade de um reordenamento espacial, com a construção de um novo aldeamento, prevista para os próximos dois anos. Deste modo, no que diz respeito aos tratamentos sanitários e ambientais, são extensivas aos *Kyikatêjê* as mesmas bases para as ações apontadas para os *Parkatêjê*.

Está ainda em fase de tratamento de dados o levantamento efetuado pelos profissionais da Ensp/Fiocruz (MS) convidados a participar desta etapa de avaliação das ações de saúde e saneamento na TI Mãe Maria. Um relativo atraso verificado na conclusão da aplicação, pelos agentes indígenas de saúde, dos questionários de avaliação da percepção da saúde pela população *Kyikatêjê* adiou a conclusão desta etapa.

Com apoio da Secretaria Executiva de Educação do Pará, será construída ainda neste ano de 2005 a nova escola na aldeia. A ameaça da municipalização da Escola Indígena, atualmente ligada a uma Escola Estadual de Bom Jesus do Tocantins, deverá sofrer um revés com a disposição da comunidade, que manifestou a sua vontade contrária à da administração municipal, permanecendo a escola vinculada à Secretaria Estadual.

Por ocasião do primeiro Seminário de Avaliação das Ações Desenvolvidas através do apoio da CVRD, organizado pela comunidade *Kyikatêjê*, um segundo encontro estava previsto para a primeira quinzena de setembro de 2005, com o objetivo de aprofundar as questões identificadas, tendo em vista a elaboração de um plano plurianual de ações. A sua não realização, no entanto, levou à mudança da metodologia utilizada. Os grupos de trabalho voltaram a se reunir internamente para identificar os conjuntos de ações planejadas para os próximos anos, bem como uma proposta de nova forma de gerenciamento do programa (por atividades), com acompanhamento (*on line*) da sua execução físico-financeira pela CVRD. Por sugestão das lideranças da comunidade *Kyikatêjê*, a equipe de consultores contará com mais um profissional na área de antropologia, a partir de 2006.

C- Akrātikatêjê

Após a decisão judicial (maio 2002) que obrigou a Eletronorte a efetuar a reposição territorial aos Akrātikatêjê, as prolongadas negociações com a empresa requerem um novo impulso – que poderia se dar através da CVRD. A constituição de uma parceria empresarial viria a possibilitar uma efetiva melhoria das condições de vida dos integrantes deste grupo, que habitam atualmente a TI Mãe Maria, em condições diferenciadas no que diz respeito ao acesso a recursos financeiros para promover a sua autonomia.

Assim como os demais grupos locais, a constituição de uma associação própria, registrada em março de 2003 – *Associação Indígena Te Mempapytarkatê Akrātikatêjê da Montanha* - possibilita uma via institucional para apoios diversificados, que por ora se concentram na consolidação de um compromisso estabelecido com a CVRD. A Procuradoria Geral da República em Marabá vêm acompanhando o andamento das questões relativas a este grupo.

Em fevereiro de 2005, foi encaminhada à CVRD uma “Proposta de um Plano de Ação Emergencial para a Reorganização do grupo Gavião Akrātikatêjê (povo da montanha)”. Esta proposta foi recusada pela CVRD, em carta datada de março 2005, segundo a qual em função do compromisso já assumido junto com as lideranças da aldeia Mãe Maria (referindo-se ao termo firmado em fevereiro de 2005, nas dependências da Procuradoria da República em Marabá), “definindo valores para a manutenção de projetos de atividades produtivas e investimentos diversos”, a empresa estaria “impossibilitada de atender a qualquer pleito adicional”. Esta atitude desmobilizou os representantes do grupo da montanha da solicitação de realizar uma reunião a fim de debater a proposta, remetendo a discussão para esta oportunidade.

O “Plano de Ação Emergencial para a Reorganização do Grupo Akrātikatêjê (Gavião da Montanha) na Terra Indígena Mãe Maria” reapresentado agora abrange, basicamente, o fomento à agricultura familiar (roças de subsistência) e apoio à construção de uma nova aldeia no km 15 - junto ao limite oeste da TI Mãe Maria, que se encontra desguarnecido e vulnerável a intrusões – com casas de madeira para 12 famílias, num total de 67 pessoas, aquisição de um motor gerador, meio de transporte, medicamentos, além de atendimento médico-hospitalar.

De maneira cíclica, os reveses conjunturais alteram a situação dos grupos locais em Mãe Maria, que ora atravessam períodos mais suscetíveis a rupturas, ora mais suscetíveis a alianças, no processo de reterritorialização vivido historicamente pelos seus integrantes. Em condições de escassez crescente de recursos naturais, torna-se cada vez mais necessária a elaboração de um *plano de gestão territorial*, em conjunto pelos três grupos locais, tendo em vista a garantia de um futuro digno para seus componentes.